



Revisão do **Plano Diretor Silva Jardim**

PRODUTO 1A
Plano de Trabalho
Primeira Fase - Mobilização

REVISÃO DO PLANO DIRETOR E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE SILVA JARDIM/RJ

PRODUTO 1A PLANO DE TRABALHO Primeira Fase - Mobilização

Assessoria Técnica do IBAM ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), com elaboração de metodologia, georreferenciamento, mapeamento, produção de subsídios, colaboração na instrumentação e elaborações necessárias para reavaliar as Diretrizes Gerais de Ordenamento Territorial e Gestão de Planejamento, no âmbito do Contrato nº 014.2025.

JULHO - 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM/RJ

Prefeita - Maira Branco Monteiro

Vice-Prefeito - Marcos João Soares

SETOR RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Renata Machado Ribeiro - **Secretária Municipal**

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO INTERSETORIAL

Renata Machado Ribeiro - **Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Coordenadora Geral da Comissão**

Debora Maria Guimaraes Machado Ribeiro - **Secretária Chefe de Gabinete Civil**

Leandro Viana Antunes Pinheiro - **Secretário Municipal de Fazenda**

Matheus Luiz de Souza Silva - **Advogado Efetivo do Município**

Paulo Eduardo de Amorim Santiago - **Secretário Municipal Adjunto da Receita**

Rafael da Silva Côrtes Freitas - **Secretário Municipal de Administração**

Nilton Júnior Moreira Marins - **Secretário Municipal de Obras e Habitação**

Sidnei de Melo - **Subsecretário Municipal de Defesa Civil**

Roberta da Silva Fernandes - **Subsecretária Municipal de Educação**

Darci Matias Gomes - **Agente Administrativo**

Cássio Jose Gomes de Ornelas - **Fiscal de Tributos**

Thiago Ferreira de Albuquerque - **Analista Ambiental**

Júlia de Souza Rodrigues - **Advogada Efetiva do Município**

Alexandre Rangel Pereira - **Fiscal de Tributos**

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Superintendente Geral - Claudia Ferreira do Couto Ferraz

Coordenador Técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Henrique Barandier

Coordenação Técnica - Henrique Barandier

Coordenação Técnica - Luciana Hamada

Coordenação Cartografia e Geoprocessamento - Eduardo Rodrigues Marins

Coordenação Mobilização e Participação Social - Herculis Pereira Tolêdo

Chefe da Consultoria Jurídica: Priscila Oquioni

EQUIPE TÉCNICA IBAM

Henrique Barandier	Arquiteto e Urbanista	Planejamento Urbano, Legislação Urbanística e Infraestrutura Urbana
Luciana Hamada	Arquiteta e Urbanista	Planejamento Urbano, Clima Urbano, Conforto Ambiental e Eficiência Energética
Alexandre Santos	Arquiteto e Urbanista	Desenvolvimento Econômico
Karin Schipper Segala	Assistente Social	Mobilização Social e Análises Socioespaciais
Eduardo Rodrigues Marins	Geógrafo	Geoprocessamento, Análises Espaciais e Ambientais
Jessica Ojana	Arquiteta e Urbanista	Planejamento Urbano, Moradia e Patrimônio Histórico e Cultural
Herculis Pereira Tolêdo	Cientista Social	Mobilização Social e Análises Socioespaciais
Bernardo Mercante	Cientista Social	Mobilização Social e Análises Socioespaciais
Louise Storni	Cientista Social	Mobilização Social e Análises Socioespaciais
Alexandre Rossi	Economista	Desenvolvimento Econômico
Paulo Timm	Administrador	Administração Pública
Ewerton Antunes	Publicidade e Propaganda	Comunicação Social
Roberto Gonçalves	Analista de Sistemas	Programação Web
Jenifer Castro	Estagiária Geografia	Cartografia e Geoprocessamento
Flávia Lopes	Secretária	Apoio Administrativo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. METODOLOGIA	10
1.1. INTEGRAÇÃO ENTRE EQUIPES DO IBAM E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM	11
1.2. PRODUÇÃO TÉCNICA	13
1.3. PROCESSO PARTICIPATIVO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	19
2. PROCESSO DE TRABALHO	22
2.1. FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO	22
2.2. FASES E ATIVIDADES	22
PRIMEIRA FASE - MOBILIZAÇÃO	23
SEGUNDA FASE - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	25
TERCEIRA FASE - DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL	27
QUARTA FASE - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM)	29
3. PRODUTOS	32
4. CRONOGRAMA	35
5. EQUIPE TÉCNICA	39

APRESENTAÇÃO

Este documento consiste no Produto 1A - Plano Trabalho, relativo ao Contrato nº 014.2025, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Silva Jardim/RJ, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEMPED) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

O IBAM é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1952, cuja missão é promover - com base na ética, transparência e sem vínculo político-partidário - o desenvolvimento institucional da Administração Pública, especialmente da esfera municipal, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento, objetivando uma sociedade democrática e justa.

Atualmente, o IBAM organiza suas atividades de assessoria técnica e de elaboração de estudos e pesquisas em três áreas temáticas: Organização e Gestão (O&G); Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA); Desenvolvimento Econômico e Social (DES). A Instituição possui uma Consultoria Jurídica (CJ), responsável pela elaboração de pareceres jurídicos e estudos, que atende a demandas dos Municípios por orientação nos diversos campos da Administração Pública, inclusive no direito urbanístico.

Além disso, mantém a Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR), centro de ensino do IBAM que, desde os anos 1960, realiza programas de capacitação dirigidos a técnicos e gestores públicos, com a visão de fortalecer e aprimorar as capacidades dos diversos sujeitos sociais criando condições favoráveis para que atuem conjuntamente, seja na melhoria da qualidade urbano-ambiental das cidades, seja na modernização das estruturas de gestão mediante a responsabilidade fiscal, ou, ainda, sobre as próprias potencialidades de desenvolvimento econômico local.

O objeto do Contrato nº 014.2025 é a assessoria técnica e metodológica para a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), com elaboração de metodologia, georreferenciamento, mapeamento, produção de subsídios, colaboração na instrumentação e elaborações necessárias para reavaliar as Diretrizes Gerais de Ordenamento Territorial e Gestão de Planejamento estabelecidas no Plano Diretor do Município de Silva Jardim - Lei Complementar Municipal nº 50/2006.

O escopo de trabalho, engloba o apoio técnico e metodológico à Prefeitura Municipal de Silva Jardim em todas as fases do processo técnico-participativo de revisão do Plano Diretor, tendo conteúdo do produto final:

- Anteprojeto de Lei do **Plano Diretor**, incluindo o Macrozoneamento Municipal, o Zoneamento Urbano e o Mapa do(s) Perímetro(s) Urbano(s);
- Anteprojetos da **Lei de Parcelamento do Solo Urbano, da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, do Código de Obras e Edificações e do Código de Posturas**;
- Elaboração da **Estrutura do Sistema de Planejamento e Gestão**, incluindo a revisão da organização do Conselho da Cidade; e
- Ajustes da Legislação Municipal para implementação do Plano Diretor - **Código**

Tributário, Código Ambiental Municipal etc., quando for o caso.

É importante ressaltar que o Plano Diretor, instrumento básico da política urbana, como estabelece a Constituição Federal, ocupa uma posição balizadora, pela natureza do instrumento e amplitude dos temas abordados, cujas diretrizes orientarão a revisão da Legislação Urbanística Complementar (Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Código de Obras e Edificações e do Código de Posturas).

O momento de revisão do Plano Diretor se configura como oportunidade para reforçar as bases do planejamento local e das capacidades institucionais, pois o novo Plano Diretor será resultado do pacto social construído no processo de discussão com a sociedade sobre desafios, cenários e prioridades da cidade. Para tanto, deve considerar qualidades e deseconomias urbanas hoje presentes, as necessidades de mitigação dos passivos socioambientais acumulados pela evolução da urbanização, a adaptação para maior resiliência da cidade, em um contexto de mudanças climáticas, e as dinâmicas socioeconômicas no território.

O ordenamento da ocupação urbana sem comprometimento do suporte ambiental é uma das linhas principais que devem nortear a elaboração e revisão dos Planos Diretores. Ao mesmo tempo em que deverão ser identificadas as potencialidades de desenvolvimento do Município, impõe-se a necessidade de assegurar o suprimento das demandas de infraestrutura e serviços e a melhoria permanente da qualidade de vida da população. O desafio de estimular o desenvolvimento econômico, social e urbano sem comprometer o meio ambiente requer visão estratégica, não só dos administradores, mas também dos agentes locais - sociais, econômicos ou comunitários.

A revisão do Plano Diretor Municipal de Silva Jardim parte do que está posto na realidade legal e institucional do Município, nas práticas instituídas e nas experiências acumuladas no âmbito da gestão municipal para indicar, frente aos desafios e expectativas identificados, diretrizes e propostas de ação para o aperfeiçoamento da gestão territorial e urbana.

A elaboração desses diferentes instrumentos municipais de planejamento requer um processo de trabalho que concilie produção técnica e participação social. A organização de uma base de informações aliada à discussão com os diferentes grupos sociais sobre os temas do desenvolvimento urbano permitirá ao Município de Silva Jardim estruturar, de modo mais consistente, o processo de planejamento que deve ser contínuo, reunindo as condições para implementação das propostas do Plano Diretor e os instrumentos da legislação municipal.

Vale destacar que a evolução do processo de trabalho, seguindo as fases previstas e considerando a realidade de Silva Jardim, buscará garantir coerência entre os instrumentos a serem revisados ou elaborados, definindo soluções mais aderentes e adequadas ao Município.

Este Produto 1A - Plano de Trabalho - tem por objetivo orientar sobre as fases e atividades a serem desenvolvidas no âmbito do referido contrato, com destaque para os aspectos técnicos, a interação entre a equipe do IBAM e a equipe da Prefeitura, a metodologia para a participação da sociedade no processo, além da definição do cronograma de trabalho.

A elaboração deste produto foi precedida das seguintes atividades:

Reunião Técnica Virtual (assinatura do contrato)

Início dos trabalhos, apresentação das Equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal, organização da Primeira Fase do trabalho (02 de julho de 2025).



Primeira Visita Técnica em Silva Jardim

Realização das atividades previstas na Fase 1 - Mobilização (14 a 17 de julho de 2025). Os relatos detalhados da Primeira Visita Técnica estão registrados no Produto 1B - Relatório de Atividades.



A partir da análise preliminar do contexto atual de Silva Jardim, da organização interna da Prefeitura e de informações básicas do Município, procedeu-se ao detalhamento deste Plano de Trabalho, em concordância com o Termo de Referência, composto pelas seguintes partes:

- Metodologia;
- Processo de trabalho;
- Fases e atividades;
- Produtos;
- Cronograma;
- Equipe Técnica.

1. METODOLOGIA



A experiência e a tradição do IBAM no assessoramento técnico e metodológico a inúmeros Municípios brasileiros levaram à convicção de que o processo de revisão do Plano Diretor, além de atender aos dispositivos constitucionais, deve ser compreendido como oportunidade privilegiada de aperfeiçoamento do planejamento e da gestão da cidade nas suas dimensões técnica e política. Sobretudo porque, apesar dos avanços nos marcos legais da política urbana no país, sobretudo no marco do Estatuto da Cidade, a garantia do direito à cidade ainda se mantém como um dos principais desafios a ser enfrentado pelo Poder Público Municipal.

Essa compreensão destina-se a pautar as estratégias territoriais e urbanas do Plano Diretor, formuladas em determinado ambiente político-administrativo e técnico, nas demandas da sociedade e dos agentes que atuam diretamente na produção da cidade. No entender do IBAM, esse processo deve objetivar o estabelecimento de referências para a prática de planejamento continuado, voltado para a promoção do desenvolvimento local com a definição de instrumentos que, interpretando as condições e características econômicas, sociais, urbanas e ambientais do Município, induzam ao crescimento integrado e sustentável.

Nessa perspectiva, o Plano Diretor e demais leis são compreendidas não como peças estáticas e acabadas - de viés tecnocrático -, mas como instrumentos da política urbana, orientadores do processo de planejamento e gestão contínuos, e de apoio à tomada de decisão dos gestores municipais no cumprimento da agenda urbana ambiental e do desenvolvimento local, bem como orientando a ação da iniciativa privada e dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Para tanto, as propostas devem se constituir como resultados de pactos sociais, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da cidadania. É no momento de revisão do Plano Diretor que devem ser afirmados ou redefinidos, se for o caso, os canais de interlocução entre a sociedade e o Poder Público, favorecendo a formulação, a implementação e o monitoramento da política urbana, na afirmação de seu viés político mais amplo, embasado tecnicamente, para o estabelecimento de compromissos comuns.

Deste modo, a abordagem metodológica proposta deve ser compreendida a partir de três dimensões principais: a integração entre as equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal; a produção técnica; e as estratégias para condução do processo participativo. Tais dimensões são descritas a seguir.

1.1. INTEGRAÇÃO ENTRE EQUIPES DO IBAM E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVA JARDIM

A permanente interlocução entre as equipes do IBAM e da Prefeitura de Silva Jardim é um pressuposto essencial da metodologia de trabalho. Ainda que haja previsão de produtos claramente delimitados, a assessoria envolve a construção conjunta de conhecimentos e de aperfeiçoamento das capacidades de técnicos e gestores para a condução da política urbana local.

Cabe enfatizar, no entanto, que é a Prefeitura Municipal que exerce o protagonismo na condução do processo de revisão do Plano Diretor e demais leis, sempre contando com a assessoria e a cooperação técnica do IBAM nas atividades do processo participativo, na disponibilização dos documentos elaborados e sua respectiva apresentação e discussão com os diferentes setores da sociedade, conforme previsto neste Plano de Trabalho.

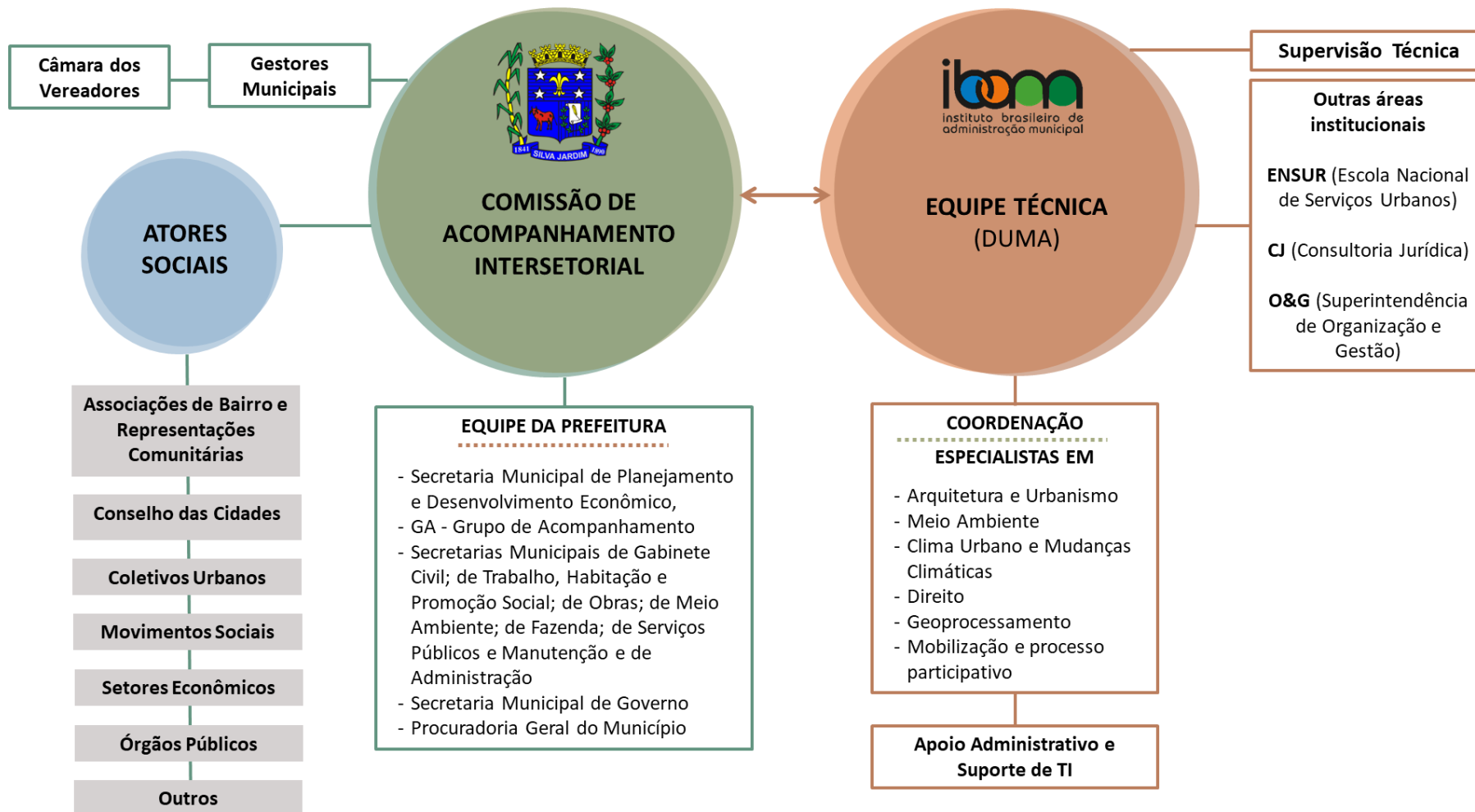
Neste trabalho, a interlocução com a Prefeitura Municipal se dará através da Comissão de Acompanhamento Intersetorial¹ instituída como responsável local pela condução do processo de revisão do Plano Diretor e da Legislação Urbanística Complementar, em conjunto com o Grupo de Acompanhamento (GA)², que garantirá o acesso às informações necessárias à execução das atividades com os órgãos municipais, e, quando for o caso, conduzir a interlocução com agentes externos, governamentais ou não.

Ao longo do trabalho, se buscará também estabelecer canais de diálogo com a Câmara de Vereadores. Dada a relevância das propostas de lei a serem elaboradas e a densidade de seus conteúdos, é importante que haja atividades específicas com os Vereadores, para que possam acompanhar e participar das discussões. Além disso, destaca-se também o importante papel da Procuradoria Geral do Município no acompanhamento dos trabalhos, uma vez que mais à frente terá o papel de consolidar os Projetos de Lei a serem encaminhados ao Legislativo. A seguir, apresenta-se o organograma dos atores envolvidos:

¹ A Comissão de Acompanhamento Intersetorial da Revisão do Plano Diretor foi instituída no dia 14 de julho de 2025, pela Portaria Nº 750/2025.

² O GA, é formada pelos representantes dos segmentos sociais, eleitos na Conferência da Cidade, realizada em 2004, para compor o Conselho da Cidade.

1.1.1. ORGANOGRAMA



1.2. PRODUÇÃO TÉCNICA

A produção técnica focalizará os temas especialmente relacionados à gestão urbana e territorial em diferentes escalas.

A Primeira Fase do trabalho será dedicada a levantamentos de dados secundários e primários, análise de estudos e projetos, e sistematização das informações a partir de resultados de discussões em reuniões com a Comissão de Acompanhamento Intersectorial, Grupo de Acompanhamento, órgãos públicos, universidades entidades de classe, setores organizados da sociedade civil, entre outros. Serão utilizadas produções técnicas disponibilizadas, tanto pela Prefeitura de Silva Jardim, quanto por órgãos federais e estaduais e centros de pesquisa. Também serão realizadas reuniões com atores-chave para coleta de dados primários.

Com relação aos trabalhos técnicos que dependem das visitas de campo, será fundamental a disponibilização, por parte da Prefeitura Municipal, de espaços adequados e acessíveis para realização de reuniões e Audiências Públicas.

A produção técnica do diagnóstico dará tratamento adequado aos temas principais que incidem sobre a realidade de Silva Jardim. Dentre os temas que integra o escopo de Plano Diretores, os principais são:

- Meio Ambiente;
- Mudanças Climáticas;
- Clima e Conforto Ambiental Urbano;
- Desenvolvimento Econômico;
- Habitação;
- Saneamento Básico;
- Meio Rural;
- Mobilidade Urbana;
- Patrimônio Histórico e Cultural;
- Planejamento e Gestão Urbana;
- Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

O Termo de Referência especifica os temas a serem abordados no processo de trabalho da seguinte forma:

- Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas;
- Uso e ocupação atual do solo;
- Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas;
- Uso e ocupação do solo atual vs. capacidades de suporte ambiental e infraestruturas;

- Expansão urbana vs. capacidades de suporte ambiental e infraestruturas;
- Condições gerais de moradia e fundiárias;
- Condições gerais de acessibilidade e mobilidade;
- Capacidade de investimento do município;
- Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais;
- Síntese da Análise Temática Integrada;
- Objetivos para o desenvolvimento municipal.

Com o avanço dos trabalhos e da compreensão mais acurada da realidade municipal, esses temas terão suas abordagens melhor delimitadas, podendo ser reagrupados ou complementados. Cabe observar ainda que a produção técnica não tem a pretensão de ser excessivamente descritiva e encerrar visões estáticas sobre cada tema. Pretende-se que o diagnóstico ofereça os elementos essenciais para o desenvolvimento de propostas, aprofundando-se na análise das questões mais relevantes para o Município. A abordagem dos temas deve permitir, ainda, uma visão compreensiva da realidade de Silva Jardim, que possibilite a caracterização de suas diferenças internas, problemas e potenciais nos diferentes campos temáticos. Para tanto, a produção técnica não deve se desenvolver de forma descolada da discussão com os diversos segmentos da sociedade. Produção técnica e processo participativo devem se alimentar mutuamente.

1.2.1. Reuniões Técnicas de Capacitação

Os encontros realizados entre a equipe do IBAM e a Comissão de Acompanhamento Intersetorial servem para aprofundamento da discussão em relação a temas prioritários ou de maior complexidade na realidade municipal. Se forem identificadas necessárias, as Reuniões Técnicas de Capacitação poderão cumprir as seguintes abordagens:

- **Alinhamento Técnico-Conceitual:** tem por objetivo promover a integração entre as equipes, o nivelamento conceitual, a coleta de informações e o levantamento das principais questões municipais e urbanas que impactam no desenvolvimento local.
- **Organização da Gestão Urbana e Territorial:** todo o processo de trabalho, desde seu início, é permeado por discussões sobre a gestão, uma vez que se pretende que o Plano Diretor e a Legislação Urbana possam vir a ser implementados. Além disso, normalmente, muitas das propostas advindas do processo técnico-participativo exigem adaptação da organização da gestão urbana e territorial para poderem avançar. Dessa forma, esse tema deve ser também objeto de discussão específica para a formulação de eventuais propostas.

1.2.2. Reuniões Preparatória

Nas Visitas Técnicas programadas ao Município de Silva Jardim, as Reuniões Preparatórias destinam a organizar e complementar os dados e informações e definir os procedimentos,

necessários para a realização das atividades previstas nas fases, bem como a condução dos eventos públicos.

1.2.3. Reuniões Técnicas de Consolidação

Destinam-se para ajustar as análises e os respectivos documentos relativos às atividades previstas nas fases previstas, ao fim de cada Visita Técnica realizada no Município.

1.2.4. Oficinas de Leituras Técnica

Esses eventos serão conduzidos com a utilização de técnicas que permitam a ampla participação dos integrantes da Comissão de Acompanhamento Intersetorial e que possibilitem, simultaneamente, a abordagem conceitual de determinados temas e instrumentos urbanísticos, bem como a análise de situações concretas vivenciadas pelos técnicos municipais. As Oficinas de Leitura Técnica poderão cumprir as seguintes abordagens:

- **Avaliação dos Instrumentos da Política Urbana:** avaliação dos instrumentos urbanísticos presentes no Estatuto da Cidade e na legislação urbana de Silva Jardim, considerando a análise de avanços e impasses nas estratégias e condições de aplicação desses instrumentos nos últimos anos.
- **Avaliação Crítica da Implementação da Legislação Urbana:** atividade de avaliação do desempenho do Plano Diretor e Legislação Urbanística vigente. Deve incluir, além da análise do alcance dos objetivos estabelecidos na legislação em vigor, a avaliação crítica do(s) padrão(ões) de urbanização resultantes da aplicação dessa legislação. Dessa forma, poderão ser reunidos elementos que também contribuam para construção de propostas, reforçando ou desestimulando tendências, dependendo da avaliação.

1.2.5. Oficinas de Leitura Comunitária

Para compreender as visões dos diferentes segmentos sociais sobre os principais problemas, conflitos e potenciais do Município, bem como avaliar suas demandas e expectativas é fundamental a realização de atividades de discussão da realidade municipal com a sociedade, por meio de consultas, diálogos e eventos públicos.

As Oficinas de Leitura Comunitária, serão elaboradas de forma a mobilizar a comunidade, esclarecer sobre o conteúdo e abrangência da revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar de Silva Jardim, bem como sobre a participação social nas diversas fases de seu processo de revisão, captando as visões da população e representantes comunitários sobre seus bairros e sobre o Município como um todo.

1.2.6. Debates/Reuniões com atores chave

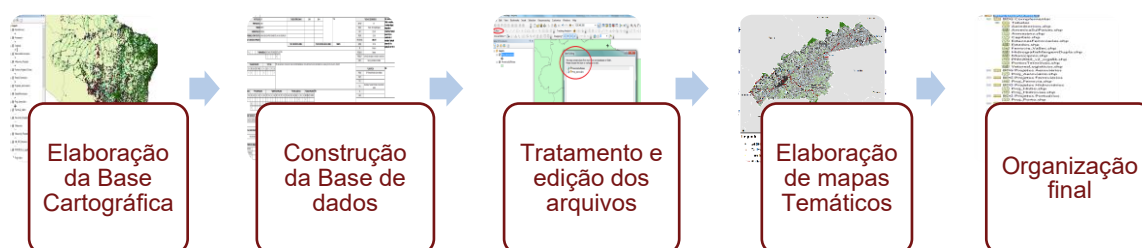
Para aprofundamento da compreensão dos desafios de Silva Jardim e construção dialogada do diagnóstico, a equipe do IBAM proporá reuniões específicas com atores-chave ou segmentos sociais para discussão de pautas de interesse de cada segmento. Poderão ser sugeridas, ainda, reuniões técnicas, sobre temas específicos, com a própria equipe da Prefeitura de Silva Jardim. A agenda dessas reuniões deverá ser formulada à medida que a equipe do IBAM avance nas

análises temáticas e que os consultores especialistas manifestem a necessidade de interlocuções qualificadas.

1.2.7. Cartografia

A metodologia adotada pelo IBAM para a construção da cartografia envolve a utilização de geotecnologias. Ainda que haja uma baixa adesão do uso de SIG³ e da estruturação de Base Cartográfica Digital por parte das Prefeituras Municipais, a utilização dessas ferramentas constituem um importante avanço para a gestão urbana. A vantagem de utilizar *softwares* de geoprocessamento é que os desenhos editados em programas AutoCAD costumam não estar georreferenciados, podendo apresentar diferenças escalares, áreas imprecisas, limites inexistentes, entre outros problemas. Além disso, *softwares* de geoprocessamento permitem a integração automática a dados alfanuméricos, como por exemplo os dados socioeconômicos do Censo Demográfico do IBGE. Isto significa que podem ser associados atributos de informações aos elementos espaciais, ampliando as possibilidades de análise do território, principalmente nas fases de diagnóstico e elaboração de proposições. A elaboração da cartografia é composta por cinco etapas principais:

Figura 1. Etapas da elaboração da cartografia



Fonte: Elaborado pelo IBAM.

Considerando que a Prefeitura de Silva Jardim utiliza dados georreferenciados, pretende-se compatibilizar as informações nesse formato para que, ao final do trabalho, a Prefeitura Municipal tenha acesso aos arquivos, em especial dos mapas que integrarão os Anteprojetos de Lei. A construção dessa base cartográfica se dará através da coleta e análise de dados secundários que serão organizados a partir dos arquivos levantados e recebidos dos órgãos federais, estaduais e municipais disponíveis, ou ainda em estudos temáticos já elaborados para o Município.

Além disso, serão realizadas visitas de campo para coleta de dados primários, reconhecimento da área e validação dos dados secundários, possibilitando uma melhor leitura do território e para a tomada de decisão.

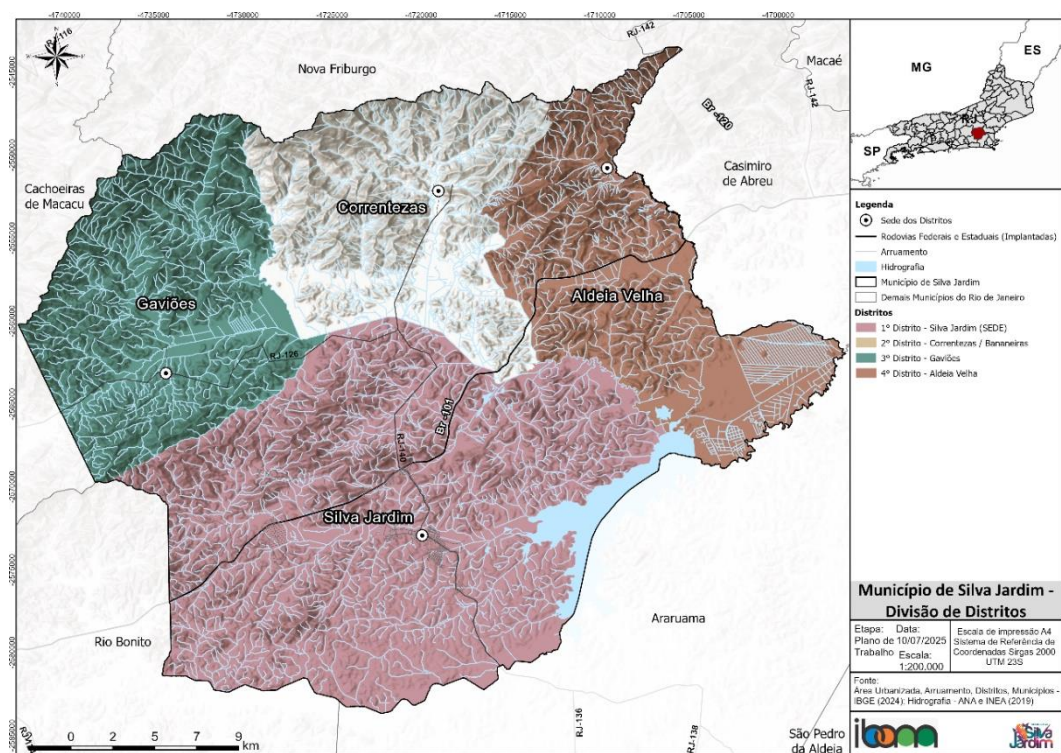
Ao longo das Segunda, Terceira e Quarta Fases, os mapas serão entregues em caderno próprio, no formato A3 com legendas padronizadas e escalas referentes aos tipos de informação

³ Sistema de Informação Geográfica: ferramentas computacionais modeladas e utilizadas para geoprocessar e integrar dados de diversas fontes em banco de dados georreferenciados.

apresentadas. A princípio, propõe-se três tipos de apresentação dos mapas: (i) na escala do Município; (ii) na escala do Distrito-Sede; e (iii) nas escalas das localidades, quando necessário. As escalas adotadas nos mapas devem garantir a legibilidade necessária das informações e facilitar o manuseio dos documentos da revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar de Silva Jardim, seja em papel seja em arquivos digitais. Os arquivos editáveis dos mapas, por sua vez, permitirão a impressão em escalas diversas de acordo com as necessidades dos trabalhos cotidianos da Prefeitura Municipal na gestão urbana e territorial.

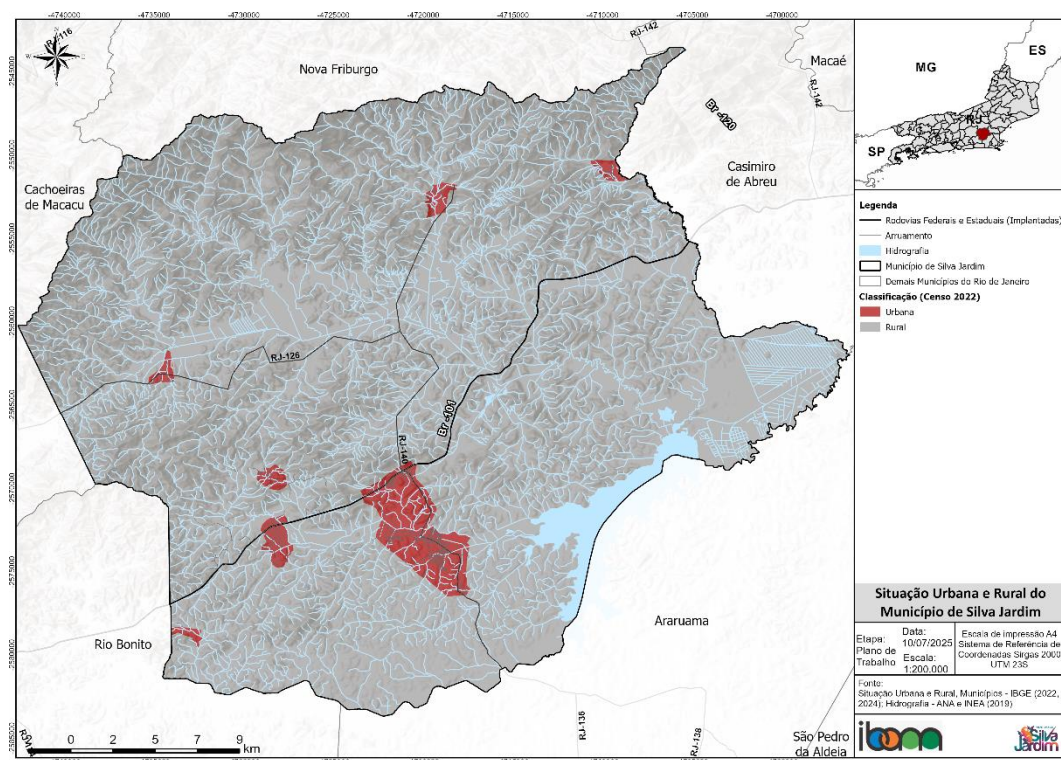
Nos relatórios produzidos ao longo dessas fases, os mapas também serão apresentados no formato de figuras associadas aos textos, para facilitar a leitura dos documentos. A seguir, são apresentadas representações cartográficas preliminares na escala municipal, com identificação dos limites dos Distritos de Silva Jardim (Figura 2) e das áreas urbanas do Município (Figura 3), segundo classificação adotada pelo IBGE. Cabe observar que segundo o IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/silva-jardim/historico>), em 'Síntese' de 31-XII-1994, o Município é constituído por quatro distritos: **Silva Jardim, Aldeia Velha, Correntezas e Gaviões**, configuração que se manteve na divisão territorial datada de 2007. Para organização inicial da base cartográfica, adotou-se a divisão distrital disponibilizada pelo IBGE, na pasta **Malhas Territoriais - Censo 2022** (<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>), que corresponde à versão mais recente fornecida pela Instituição. No entanto, a Lei Municipal 1.165/2009, definiu os Distritos como sendo **Silva Jardim, Aldeia Velha, Bananeiras e Gaviões**. Aparentemente, houve apenas alteração de nome de Correntezas, passando a chamar Bananeiras. Ao longo do processo de trabalho, essas divergências serão analisadas e tratadas adequadamente. Quanto à indicação de áreas urbanas, é importante utilizar a classificação do IBGE, pois é a partir dela que se organizam dados secundários relevantes para o desenvolvimento do trabalho. Ao final, a proposta de Macrozoneamento Municipal consolidará a delimitação de perímetro(s) urbano(s) sugerida, revogando a legislação anterior. Com a aprovação da revisão do Plano Diretor, a nova delimitação de perímetro(s) urbano(s) orientará a atuação de todos os setores da administração municipal nos processos de licenciamento.

Figura 2. Município de Silva Jardim – Divisão de Distritos



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados secundários.

Figura 3. Áreas urbanas do Município de Silva Jardim, de acordo com a classificação do IBGE.



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados secundários.

Na fase final do trabalho serão entregues todos arquivos dos mapas produzidos ao longo do processo, garantindo que o Município de Silva Jardim receba uma base cartográfica e uma base de informações consistentes para o processo contínuo de planejamento.

Além do formato “.pdf”, serão disponibilizados arquivos no formato “shapefile (.shp)”, que podem ser lidos por softwares livres, gratuitos e pagos, de geoprocessamento.

1.3. PROCESSO PARTICIPATIVO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A partir da Constituição Federal de 1988 a ampliação da participação social nos processos decisórios se constituiu como novo paradigma para a concepção e formulação de políticas públicas. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), em seu Artigo 2º, inciso II, determina que a “gestão democrática por meio da participação popular” é prerrogativa na “formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”. Desta forma, a mobilização da sociedade e o engajamento dos diversos atores sociais nas políticas públicas são fundamentais para o aprimoramento da gestão democrática.

A mobilização social pauta-se por processos comunicativos voltados para a produção de mudanças da realidade social na busca de propósitos comuns. Esse processo envolve, necessariamente, o compartilhamento de informações e visões o que exige a ampliação dos esforços comunicativos. A comunicação é um elemento estratégico dos processos de mobilização social. No caso da elaboração de Planos Diretores e Legislação Urbanística Complementar, sua ação não se limita à mera divulgação de atos governamentais e prestação de serviços públicos, mas se objetiva por assegurar as relações entre Estado e sociedade, contribuindo para o debate público.

Um dos grandes desafios da comunicação, ao mobilizar, é conseguir transformar a mensagem trocada entre o emissor e o receptor em ação. Para mobilizar, é necessário que a comunicação produza o engajamento do seu público, despertando nele seus desejos, anseios e interesses relacionados com seu cotidiano e projeção de futuro. Trata-se de um processo de sensibilização, onde a comunicação, mais do que informar, tem por tarefa criar uma interação própria entre os públicos e o projeto em questão, através da transparência e do compartilhamento da informação.

As estratégias de mobilização envolvem ações focadas em territórios, atores específicos e população em geral, buscando ampliar o alcance de diferentes perfis. A mobilização local visa garantir a participação da sociedade civil - entidades, instituições, movimentos sociais e cidadãos em geral - nas fases do processo de desenvolvimento do Plano Diretor. Envolvem ações através de mídias locais, como rádios comunitárias e carros de som, e as mídias digitais disponíveis, visando expandir os canais de divulgação do Plano Diretor.

Um elemento fundamental do processo de mobilização social é a realização constante do mapeamento de atores sociais que possam contribuir com o processo de revisão do Plano Diretor. Trata-se de uma atividade que não se esgota e que, com o tempo, amplia e diversifica

a participação dos diferentes segmentos da população, contribuindo para a elaboração de diagnósticos e leituras sobre a realidade municipal.

A comunicação mobilizadora, então, é eficaz quando tem públicos bem definidos e estratégias bem segmentadas para cada um: meios de comunicação, linguagem, formato e conteúdo. É importante registrar que o uso das novas tecnologias digitais atende ainda à Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8.243/2014), que prevê atuação no ambiente virtual.

O principal objetivo da comunicação e mobilização social é integrar a população, em especial em função das características legais, no processo de revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar, através da disponibilização de conteúdo explicativo e informativo, datas e locais de eventos públicos, em linguagem acessível e visando o amplo alcance, potencializando os processos de participação popular e controle social.

Complementarmente, podemos citar algumas finalidades adicionais, tais como:

- Informar o grande público sobre do que se trata a revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar, servindo de instrumento de democratização do acesso à informação, horizontalizando conceitos, princípios e diretrizes fundamentais, respondendo a dúvidas e questionamentos;
- Sensibilizar a população local sobre a importância da revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar para o futuro da cidade e da sua participação no processo como forma de demandar suas necessidades, expor seus interesses, debater soluções e exercer sua cidadania;
- Atuar na mobilização social de moradoras e moradores para o processo participativo, de modo especial no processo de revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar, disponibilizando todas as informações necessárias com linguagem acessível, canais diversos e atores chaves;
- Contribuir para a coordenação das atividades de comunicação integrada entre as equipes envolvidas na revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar;
- Estimular, coletar e sistematizar contribuições da população no processo participativo;
- Estabelecer um fluxo de comunicação que envolva de forma colaborativa os parceiros diretos do projeto, mantendo uma comunicação permanente e objetiva, de forma a estimular o envolvimento e engajamento de cada interlocutor;
- Facilitar os processos de trabalho e troca de informações dinamizando estratégias e maximizando resultados esperados na revisão do Plano Diretor.

O IBAM apoiará a Prefeitura de Silva Jardim no processo de mobilização social e comunicação, por meio de:

- Estruturação do site do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar;

- Proposição de logo do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar para utilização nas peças de comunicação, virtuais ou físicas;
- Orientações para postagens de mensagens da revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar nas redes sociais da Prefeitura de Silva Jardim;
- Apoio na elaboração do projeto gráfico de peças de comunicação impressas, se for o caso.

2. PROCESSO DE TRABALHO

Para contextualização do Plano de Trabalho, são aqui apresentadas a estrutura e escopo das fases e atividades, bem como a forma de trabalho proposta para o cumprimento das condições de participação dos segmentos sociais nos debates públicos.

2.1. FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

Para o desenvolvimento dos trabalhos técnicos propõem-se três tipos de atividades para interação com a sociedade. Nos últimos anos, a utilização de recursos disponíveis na internet foram intensificados nos processos de trabalho.

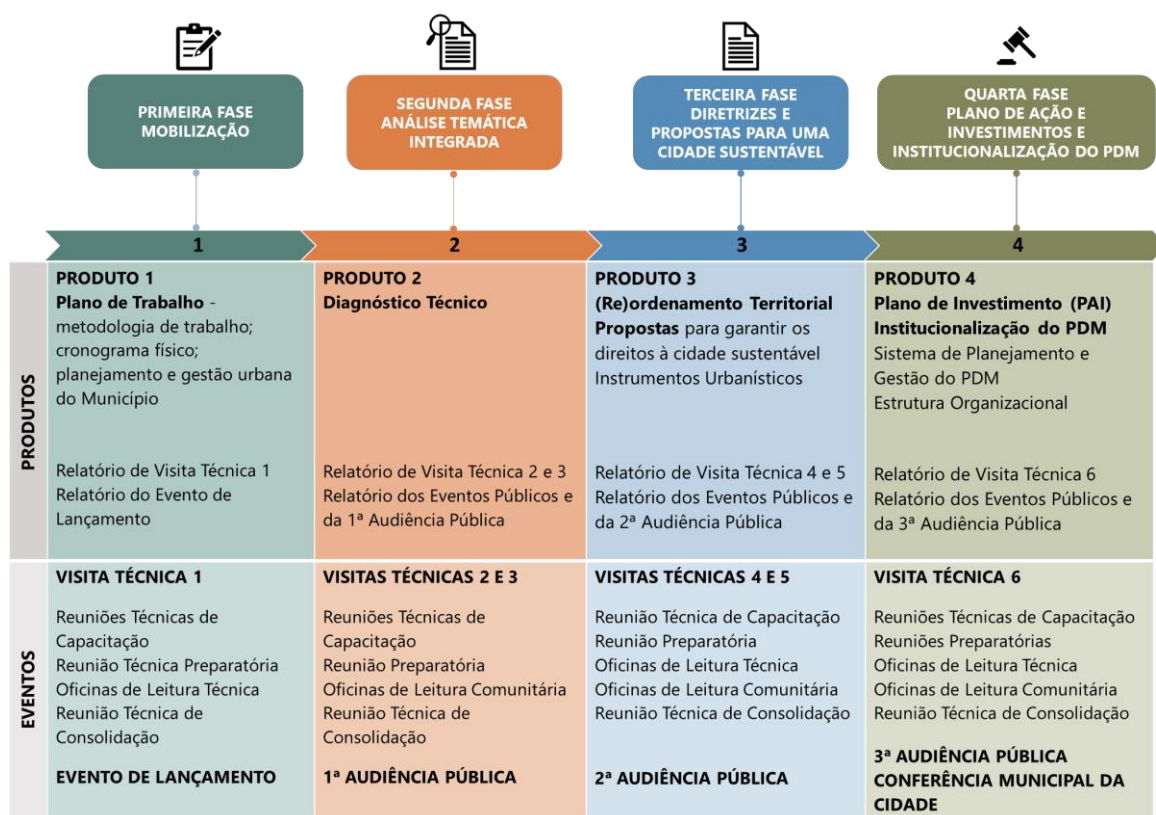
Desta forma, as reuniões virtuais e/ou no formato híbrido (presencial/virtual) deverão ser consideradas como opções a serem adotadas na realização do processo de revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar. Compreendem-se, assim, três tipos de atividades que poderão ser organizadas ao longo do trabalho:

- **Atividades presenciais:** atividades com a presença em campo da equipe do IBAM junto à equipe da Prefeitura de Silva Jardim para troca de informações, mobilização e demais atividades, em especial as Audiências Públicas.
- **Atividades virtuais:** corresponde àquelas atividades que poderão ser realizadas por meio de videoconferências, entre elas reuniões de alinhamento e acompanhamento do trabalho entre as equipes do IBAM e da Prefeitura Municipal, ou ainda reuniões setoriais com outros atores-chaves para o processo de trabalho.
- **Atividades híbridas (presenciais e virtuais):** dependendo da infraestrutura disponível, poderão ser realizados, também, atividades híbridas, contemplando tanto participantes presencialmente, como por meio de plataformas na internet. É recomendável que, pelo menos, as Audiências Públicas sejam transmitidas on-line, possibilidade que deverá ser avaliada oportunamente.

2.2. FASES E ATIVIDADES

O desenvolvimento dos trabalhos está estruturado em 04 (quatro) fases, prevendo-se em cada uma delas, como resultado, produtos específicos a serem elaborados ao longo do cronograma de execução de 06 (seis) meses. Considerando os ritos próprios na elaboração dos produtos de cada fase, a proposta se organiza, tendo como pontos de interface a entrega dos produtos e os eventos de participação social, a saber as Audiências Públicas, Oficinas de Leitura Técnicas e as Oficinas de Leitura Comunitária, como resume a Figura 5 a seguir:

Figura 4. Fases e principais atividades do trabalho



Fonte: Elaborado pelo IBAM

PRIMEIRA FASE - MOBILIZAÇÃO

O processo de trabalho se inicia com a formação da Comissão de Acompanhamento Intersectorial e de uma equipe de Coordenação Técnica local responsável pela condução do processo de revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar para interlocução permanente com a equipe do IBAM.

Nesta fase ocorreram reuniões, inclusive em meio virtual, entre as equipes de coordenação do IBAM e da Prefeitura Municipal para alinhamento do processo de trabalho, das ações de comunicação, da intenção da primeira visita de campo e do desenvolvimento deste Produto 1A - Plano de Trabalho.

Como pauta de Reuniões Técnicas para esta fase, serão realizadas Oficinas de Leitura Técnica com representantes dos diferentes setores da Prefeitura de Silva Jardim, para avaliação crítica da implementação do Plano Diretor e da Legislação Urbanística vigentes, o que também subsidiará a leitura jurídica desses instrumentos.

O principal objeto desta fase é a estruturação do Plano de Trabalho, que inclui o detalhamento de atividades a serem realizadas, a indicação de canais de comunicação a serem utilizados e a definição de estratégias de mobilização social.

Principais atividades dessa Primeira Fase:

- a) **Reunião inicial para instalação dos trabalhos**, com apresentação e alinhamento das equipes e definição dos sistemas de comunicação entre a Prefeitura Municipal de Silva Jardim e o IBAM;
- b) **Definição da metodologia para revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar**, tendo em vista os produtos finais;
- c) **Definição da estrutura do site e canais de comunicação** para acesso da população aos documentos e informações através de ações para sensibilização da participação social;
- d) **Elaboração do cronograma de execução**, incluindo as atividades técnicas, de mobilização social, eventos de participação social e reuniões com atores-chave;
- e) **Realização da primeira Visita Técnica** onde será apresentada a Equipe do IBAM à Prefeitura de Silva Jardim e o envolvimento da gestão pública por meio de reuniões de alinhamento do processo de trabalho, mobilização da sociedade civil, apresentação e validação do Plano de Trabalho e o reconhecimento do território;
- f) **Realização de Reunião de Coordenação com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial** em cada Visita Técnica programada ocorrerá uma reunião com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- g) **Realização das Reuniões Técnicas de Capacitação**, com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial e Secretarias Municipais envolvidas;
- h) **Realização das Oficinas de Leitura Técnica**, com a Coordenação Técnica da Prefeitura, Comissão de Acompanhamento Intersetorial e Secretarias Municipais envolvidas, para avaliação de desempenho do planejamento e gestão urbana e identificação dos aspectos positivos e negativos da legislação vigente;
- i) **Realização de Reunião Técnica de Capacitação** (antes do Evento de Lançamento), com a Coordenação Técnica e Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- j) **Definição das Oficinas de Leitura Comunitária** previstas na Segunda Fase e de ações com participação dos atores sociais presentes no Município;
- k) **Realização do Evento de Lançamento**, do processo de revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística;
- l) **Realização das Reuniões Preparatória e de Consolidação** (pós-Evento de Lançamento), com a Coordenação Técnica e a Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- m) **Criação e lançamento do site da revisão do Plano Diretor**, com identidade visual própria representando um espaço importante de registro do processo de trabalho. Nele serão disponibilizados os produtos elaborados, bem como a divulgação da agenda dos eventos e de materiais explicativos e demais informações úteis;
- n) **Entrega do Produto 1 - Plano de Trabalho** contendo os principais elementos técnicos e o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas durante o processo, bem como o planejamento da estratégia de participação a ser adotada.

SEGUNDA FASE - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Além dos levantamentos de dados secundários e primários nas visitas de campo, que se relacionam a análises temáticas e estudos técnicos, é fundamental a realização de atividades de discussão da realidade municipal com a sociedade, por meio de consultas, oficinas e eventos públicos, para compreender as visões dos diferentes segmentos sociais sobre os principais problemas e potencialidades do Município, bem como avaliar suas demandas e expectativas.

Assim propõe-se que as Oficinas de Leitura Comunitária, a serem realizadas na Segunda Fase, promovam a mobilização da comunidade, a fim de esclarecer sobre o conteúdo e abrangência do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar de Silva Jardim, bem como sobre a importância da participação social nas fases do processo, captando as visões da população e representantes comunitários sobre seus bairros, Distritos e sobre o Município como um todo.

O diagnóstico deve ainda conter uma dimensão institucional, que aborde a organização administrativa do Município, bem como as condições instaladas para implementação da política urbana e as práticas locais. Com base nos levantamentos realizados e nas Oficinas de Leitura Técnica e Comunitária, será construído o diagnóstico do Município a ser apresentado em audiência pública.

Já nesta fase e ao longo de todas as demais, terá início o processo de configuração da base cartográfica e levantamentos de campo específicos dos elementos a serem mapeados.

São atividades da Segunda fase:

- a) **Levantamentos de informações técnicas, jurídicas e administrativas** existentes, analisando as informações, índices, indicadores e demais dados que apontam para a realidade territorial, social, econômica e ambiental do Município. Serão levantadas divergências nas leis vigentes, dificuldades de interpretação, aplicação e entendimento de forma que sejam sanados tais problemas;
- b) **Leitura Técnica**, considerando a integralidade do território municipal (áreas urbanas e rural), nos seguintes aspectos: físico ambiental, uso e ocupação do território, infraestrutura urbana, equipamentos coletivos, patrimônio cultural e histórico, e atividades econômicas do Município, considerando ainda outros temas que poderão ser identificados e incluídos durante a elaboração do Diagnóstico Técnico;
- c) **Leitura Jurídica**, em especial da Lei Orgânica e da legislação a ser revisada/atualizada, buscando compreender o arcabouço jurídico e sua aplicabilidade atualmente;
- d) **Análise dos problemas e potencialidades** presentes no Município, considerando o cruzamento dos resultados técnicos e de percepção social apresentando a compilação, processamento, análise e espacialização de dados;
- e) **Elaboração das cartografias** para a espacialização das anotações técnicas relacionadas com o objeto do trabalho e das proposições;
- f) **Realização da segunda Visita Técnica**, para as atividades de campo e de interlocução presencial com a Coordenação Técnica e a Comissão de Acompanhamento Intersetorial;

- g) **Mapeamento dos atores-chave**, com o objetivo de garantir a participação da sociedade civil - entidades, instituições, movimentos sociais e cidadãos em geral - nas fases do processo de desenvolvimento do Plano Diretor. A partir desse mapeamento serão definidas as estratégias de comunicação e mobilização dos diferentes segmentos sociais.
- h) **Entrega do Produto 2 - Diagnóstico Técnico** - documento de referência para a Audiência Pública relativa ao diagnóstico;
- i) **Realização da terceira Visita Técnica**, para apoio e realização da primeira Audiência Pública e condução dos eventos técnicos participativos;
- j) **Realização de Reunião de Coordenação com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial** em cada Visita Técnica programada no Município;
- k) **Realização das Reuniões Técnicas de Capacitação**, com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial e Secretarias Municipais envolvidas;
- l) **Realização das Reuniões Preparatória e de Consolidação** (pós Audiência Pública), com a Coordenação Técnica e a Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- m) **Realização da Oficina de Leitura Técnica**, com a Coordenação Técnica da Prefeitura, Comissão de Acompanhamento Intersetorial e Secretarias Municipais envolvidas, para análise temática integrada;
- n) **Realização das Oficinas de Leitura Comunitária**, junto aos setores organizados da sociedade (Distritos, comunidades rurais, associações de moradores, de comércio e serviço, culturais, profissionais, etc.) para análise temática integrada e reconhecimento da visão atual dos problemas e potencialidades do Município, bem como do que esperam em termos de desenvolvimento local e municipal. Serão programadas atividades nos Distritos para discussão com os moradores dessas localidades;
- o) **Reuniões Temáticas Setoriais**, com Secretários Municipais e assessores para verificação dos levantamentos realizados à pasta e sua interface com o Plano Diretor;
- p) **Reunião com interlocutores locais**, representantes da sociedade civil para verificação das informações relativas às suas agendas e interface com o Plano Diretor;
- q) **Realização de Reunião Técnica de Capacitação** (pré Audiência Pública), com a Coordenação Técnica e Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- r) **Realização da primeira Audiência Pública**, considerando a disponibilização dos documentos produzidos para acesso da população às informações e de sensibilização da participação social;
- s) **Apresentação do Plano de Trabalho para a Câmara de Vereadores**, com esclarecimentos e discussão de temas pertinentes na revisão do Plano Diretor. Dada a relevância da proposta de lei a ser elaborada e a densidade de seu conteúdo, é importante que os vereadores sejam informados desde o início e convidados a participar do processo de trabalho;

- t) **Entrega do Produto 3 - Diagnóstico Técnico e Relatório dos Eventos Públicos e da primeira Audiência Pública** contendo as contribuições dos debates realizados na primeira Audiência Pública, dessa forma integrando as leituras técnica e comunitária, nesse produto.

TERCEIRA FASE - DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

Nesta fase, as análises dos levantamentos e condições identificadas no diagnóstico basearão a formulação de propostas, ainda em caráter preliminar, considerando a indicação para superação de fragilidades e ameaças ao desenvolvimento sustentável do Município, bem como o incremento de suas potencialidades.

A elaboração das propostas preliminares para o Município, incluirão as diretrizes de ordenamento territorial (macrozoneamento municipal e zoneamento urbano) bem como as diretrizes temáticas e a avaliação de instrumentos jurídicos urbanísticos aplicáveis à realidade de Silva Jardim, afetas a cada instrumento em revisão ou elaboração.

São atividades da Terceira Fase:

- a) **Realização de Reuniões Técnicas**, em meio virtual, para esclarecer sobre a concepção dos instrumentos de planejamento;
- b) **Formulação de diretrizes gerais e temáticas** que deverão orientar o desenvolvimento das propostas de revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar;
- c) **Formulação da proposta preliminar de Macrozoneamento**, que abrange o território municipal como um todo e delimita as áreas aptas à urbanização, ou seja, aquelas que integrarão o(s) perímetro(s) urbano(s), estabelecendo macrozonas, com objetivo de indicar diferentes destinações para parcelas do território, segundo suas características e diretrizes propostas;
- d) **Formulação da proposta preliminar de Zoneamento Urbano**, que estabelece a subdivisão da área urbana em zonas para as quais são definidos critérios próprios de parcelamento, uso e ocupação do solo, em razão das características do ambiente construído e das propostas quanto a intensificação ou restrição do aproveitamento do solo urbano;
- e) **Realização de Reunião Técnica de Capacitação para organização das diretrizes de gestão urbana e territorial**, todo o processo de trabalho, desde o início, é permeado necessariamente por discussões sobre a gestão, uma vez que se pretende que o Plano Diretor e a Legislação Urbanística Complementar, possam vir a ser implementados. Além disso, normalmente, as propostas advindas do processo técnico-participativo exigem adaptação dos meios e processos que afetam a organização da gestão urbana e territorial para poderem avançar. Dessa forma, esse tema deve ser também objeto de discussão específica para a formulação de eventuais propostas;
- f) **Elaboração das cartografias**, com objetivo de espacialização das propostas e delimitação das macrozonas e zonas urbanas;

- g) **Realização da quarta Visita Técnica**, para atividades em campo e de interlocução presencial com a Coordenação Técnica e a Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- h) **Entrega do Produto 3 - Propostas Preliminares - Diretrizes e Proposições** e divulgação como documento de referência para a segunda Audiência Pública relativa ao escopo do documento;
- i) **Realização da quinta Visita Técnica** para apoio e realização da segunda Audiência Pública e condução das Reuniões Técnicas e Comunitárias;
- j) **Realização de Reunião de Coordenação com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial** em cada Visita Técnica programada ocorrerá uma reunião com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- k) **Realização de Reunião Técnica de Capacitação**, a ser realizada com o Comissão de Acompanhamento Intersetorial e atores-chave, que será programada durante o processo do trabalho, de acordo com a evolução dos estudos técnicos com o objetivo de firmar o conjunto de propostas visando sua consolidação;
- l) **Realização da Oficina de Leitura Técnica**, com a Coordenação Técnica da Prefeitura, Comissão de Acompanhamento Intersetorial e Secretarias Municipais envolvidas, para identificação das diretrizes e propostas para uma cidade sustentável;
- m) **Realização de Oficinas de Leitura Comunitária**, junto aos setores organizados da sociedade (Distritos, comunidades rurais, associações de moradores, de comércio e serviço, culturais, profissionais, etc.), para identificação das diretrizes e propostas para uma cidade sustentável;
- n) **Realização das Reuniões Preparatória e de Consolidação** (pós Audiência Pública), com a Coordenação Técnica e a Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- o) **Reunião com interlocutores locais**, representantes da sociedade civil para verificação das proposições preliminares relativas as suas agendas e interface com o Plano Diretor;
- p) **Realização de Reunião Técnica de Capacitação** (pré Audiência Pública), com a Coordenação Técnica e Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- q) **Realização da segunda Audiência Pública**, voltada à apresentação e discussão das diretrizes e proposições;
- r) **Consolidação das diretrizes** quanto ao desenvolvimento urbano, ambiental, econômico e social: A partir dos resultados dos debates, serão consolidadas as diretrizes temáticas. Nessa fase, se começará a delinear eventuais ajustes na estrutura do Plano Diretor em processo de revisão, o que determinará a forma de organização das diretrizes;
- s) **Consolidação das propostas na Base Cartográfica;**
- t) **Entrega do Relatório dos Eventos Públicos e da segunda Audiência Pública**, contendo as contribuições dos debates realizados.

QUARTA FASE - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM)

Após a segunda Audiência Pública, as propostas do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar serão trabalhadas na forma de Anteprojetos de Lei a serem formatados pela equipe do IBAM, com especial atenção à boa técnica legislativa, de modo a permitir o encaminhamento posterior dos Projetos de Lei pelo Executivo Municipal à Câmara de Vereadores. Ainda nesta fase será desenvolvido o Plano de Ação e Investimentos (PAI), em conjunto com a Coordenação Técnica e a Comissão de Acompanhamento Intersetorial.

É importante observar que estes documentos resultam do processo técnico e participativo, ou seja, da construção coletiva sobre o que se deseja para o Município de Silva Jardim. Sendo assim, a transposição daquilo que foi pactuado na segunda Audiência Pública para o formato legal não ensejará modificações que comprometam os princípios e/ou propostas validados na ocasião. Nesta fase será realizada a última e sexta Visita Técnica ao Município.

São atividades da Quarta Fase:

- a) **Estrutura preliminar dos Anteprojetos de Lei**, em que a equipe do IBAM desenvolverá uma versão preliminar da estrutura e conteúdo dos produtos finais para discussão com a equipe da Prefeitura Municipal;
- b) **Elaboração das propostas de usos e índices de ocupação do solo**, com a concepção da proposta do Zoneamento Urbano, incluindo coeficientes de aproveitamento e demais parâmetros urbanísticos;
- c) **Elaboração das propostas de modelos de parcelamento do solo**;
- d) **Realização de Reuniões Técnicas para discussão das estruturas das versões preliminares dos produtos finais**: o detalhamento das propostas deve culminar na estrutura, ainda que preliminar, de cada Anteprojeto de Lei, de forma a indicar como os diferentes temas trabalhados poderão ser materializados nos respectivos instrumentos legais;
- e) Entrega do **Produto 4 - Anteprojetos de Lei** do Plano Diretor e da Legislação Urbanística Complementar: Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Código de Obras e Edificações⁴, Código de Posturas e do **Plano de Ação e Investimentos (PAI)**;
- f) **Realização da sexta Visita Técnica** para apoio e realização da terceira Audiência Pública e condução das Reuniões Técnicas e Comunitárias;

⁴ Os conteúdos de parcelamento, uso e ocupação do solo poderão ser tratados em Anteprojetos de Lei específicos ou de forma integrada. Essa definição será dada no próprio processo de trabalho, de acordo com a realidade municipal. O Código de Obras e Edificações e o Código de Posturas devem ser Anteprojeto de Lei próprio.

- g) **Realização de Reunião de Coordenação com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial** em cada Visita Técnica programada ocorrerá uma reunião com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- h) **Realização das Reuniões Técnicas de Capacitação**, com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial e Secretarias Municipais envolvidas;
- i) **Realização das Reuniões Preparatória e de Consolidação** (pós Audiência Pública), com a Coordenação Técnica e a Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- j) **Realização da Oficina de Leitura Técnica**, com a Coordenação Técnica da Prefeitura, Comissão de Acompanhamento Intersetorial e Secretarias Municipais envolvidas, para a elaboração do Plano de Ação e Investimento e institucionalização do PDM;
- k) **Reunião com a Câmara dos Vereadores**, para estabelecer canais de comunicação com o Legislativo Municipal, desde o início dos trabalhos, de acordo com metodologia proposta. Esta atividade tem por objetivo apresentar as propostas consolidadas aos vereadores e ouvir sugestões que poderão ser incorporadas aos Anteprojetos de Lei;
- l) **Reunião com a Procuradoria Geral do Município**, fundamental desde o início do processo de trabalho, o que tornará mais ágil a atividade aqui proposta que tem por objetivo também recolher sugestões para a consolidação dos Anteprojetos de Lei;
- m) **Realização de Reunião Técnica de Capacitação** (pré Audiência Pública), com a Coordenação Técnica e Comissão de Acompanhamento Intersetorial;
- n) **Realização da terceira Audiência Pública**, voltada à apresentação e discussão dos Anteprojetos de Lei e do Plano de Ação e Investimento. As contribuições recebidas serão insumos para consolidação dos documentos finais.

Após realização da última Visita Técnica ao Município, os produtos serão ajustados e consolidados na forma de Produto Final.

São, ainda, atividades da Quarta Fase:

- a) **Entrega da Base Cartográfica Final, após revisão**, para a Prefeitura de Silva Jardim, que receberá a base cartográfica e a base de informações elaborada durante o processo de trabalho, de forma a assegurar os insumos necessários à continuidade das funções de gestão e planejamento territorial e urbano geradas ao longo de seu desenvolvimento;
- b) **Consolidação dos Anteprojetos de Lei**, entregue ao final das discussões de conteúdo e definida a estrutura de cada anteprojeto de lei, se procederá a revisão final de caráter técnico-jurídico⁵;

⁵ Apesar de todos os esforços de construção coletiva e colaborativa entre as equipes do IBAM e da Prefeitura de Silva Jardim, poderá, eventualmente, restar pontos de divergência. Nesses casos, o IBAM deverá apresentar justificativa técnica para as opções adotadas.

- c) **Entrega da Versão Final dos Anteprojetos de Lei** do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar, além de Relatório dos Eventos Públicos e da terceira Audiência Pública;
- d) **Compartilhamento do backup completo da página do Plano Diretor**, desenvolvida na Plataforma WordPress, para migração no domínio da Prefeitura de Silva Jardim.

3. PRODUTOS

O processo de revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar é, por definição, um processo participativo. Os produtos elaborados ao longo dele consolidam fases de trabalho, expressam o acúmulo construído com o avanço dos trabalhos técnicos e com as discussões com a sociedade.

Apresenta-se a seguir, de forma indicativa, o conteúdo de cada um dos produtos propostos, agrupados pelas fases de trabalho previstas.

PRIMEIRA FASE - MOBILIZAÇÃO

PRODUTO 1A. PLANO DE TRABALHO

Documento que explicita a metodologia de trabalho, o detalhamento das fases e atividades a serem desenvolvidas durante o processo de revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar, bem como a estratégia de participação social a ser adotada, com ênfase na interação entre processo técnico e participativo. Apresenta o cronograma físico de execução e os produtos a serem entregues.

PRODUTO 1B. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Documento que detalha as atividades realizadas na primeira Visita Técnica, bem como os eventos técnicos e públicos ocorridos na Primeira Fase.

SEGUNDA FASE - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

PRODUTO 2A. DIAGNÓSTICO TÉCNICO

Documento de análise temática integrada, considerando tanto os levantamentos e trabalhos técnicos desenvolvidos, como as discussões com a sociedade. O Diagnóstico identificará potencialidades e problemas da realidade de Silva Jardim com objetivo de indicar prioridades, assumindo, assim, caráter propositivo. Documento de referência para a primeira audiência pública relativa ao diagnóstico.

PRODUTO 2B. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Documento que detalha as atividades realizadas na segunda e terceira Visitas Técnicas, bem como os eventos técnicos e públicos ocorridos na Segunda Fase.

TERCEIRA FASE - DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

PRODUTO 3A. PROPOSTAS PRELIMINARES - DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Esse produto marca a transição entre as fases de diagnóstico e propostas, apontando tendências do desenvolvimento do Município de Silva Jardim. Apresenta as propostas preliminares na forma de diretrizes temáticas e proposição de Macrozoneamento e Zoneamento Urbano e do

Plano Diretor. Documento de referência para a segunda audiência pública relativa às propostas preliminares.

PRODUTO 3B. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Documento que detalha as atividades realizadas na quarta e quinta Visitas Técnicas, bem como os eventos técnicos e públicos ocorridos na Terceira Fase.

QUARTA FASE - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM

PRODUTO 4A. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) - ANTEPROJETOS DE LEI DO PLANO DIRETOR E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA COMPLEMENTAR / PLANO DE AÇÃO DE INVESTIMENTOS (PAI)

O Produto 4 abrange a institucionalização do Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano de Ação e Investimento (PAI), o Sistema de Planejamento e Gestão do PDM e a Estrutura Organizacional.

Institucionalização do Plano Diretor Municipal (PDM)

Abrange a elaboração das Minutas dos Anteprojetos de Lei, considerando a forma jurídica pertinente, com estruturação das propostas de Macrozoneamento e de Zoneamento Urbano. O documento deverá consolidar diretrizes gerais, diretrizes temáticas e recomendações para o aperfeiçoamento da gestão democrática da cidade. O conjunto dos documentos que serão referência para a terceira Audiência Pública, contemplam:

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- Anteprojeto de Lei do Código de Obras e Edificações;
- Anteprojeto de Lei do Código de Posturas.

Cabe esclarecer que a delimitação de perímetro(s) urbano(s) deve constar no Plano Diretor, sendo, inclusive, objeto de projeto de lei específico.

Da mesma forma, o Zoneamento Urbano poderá estar dentro do Plano Diretor ou dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano. E, ainda, os conteúdos das Leis de Parcelamento e de Uso e Ocupação do Solo Urbano podem, também, ser incorporados no próprio Plano Diretor, tratando-se de tudo em uma única lei.

O **Sistema de Planejamento e Gestão do PDM** será contemplado no escopo do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor, no qual serão incluídos diretrizes para:

- (i) a estrutura organizacional e atribuições das unidades administrativas competentes;
- (ii) o Sistema de Informações Municipais;
- (iii) o perfil técnico da Equipe Municipal;
- (iv) os equipamentos e programas de informática;

- (v) a estrutura física, veículos e instrumentos de trabalho; e,
- (vi) o Sistema de Indicadores de Monitoramento.

Observa-se que a forma legal a ser dada a esses conteúdos dependerá do próprio processo de revisão do Plano Diretor, com definição das propostas a serem incorporadas no Plano Diretor e da avaliação da melhor estratégia para conformação do novo quadro legal considerando a realidade institucional de Silva Jardim.

Compõem ainda na institucionalização do PDM, a (re)criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD), conforme Resolução nº 13, de 16 de junho de 2004, do Conselho Nacional das Cidades; o Regimento Interno do CMD e o decreto regulamentador dos procedimentos administrativos, fluxograma e formulários, necessários à organização dos trâmites para licenciamento das atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano.

Plano de Ação e Investimento (PAI)

No documento serão definidos as ações e os investimentos prioritários para a implementação do PDM, considerando as atividades das fases previstas, com a identificação para cada ação e investimento, os seguintes parâmetros:

- (i) ações;
- (ii) tipo de ação;
- (iii) direito à cidade sustentável;
- (iv) objetivos;
- (v) localização;
- (vi) meta física;
- (vii) prazo;
- (viii) possível vinculação com o PPA (função);
- (ix) responsável(is) - órgão/unidade orçamentária;
- (x) fonte de recursos;
- (xi) custo (despesa orçamentária); e,
- (xii) indicador.

Estrutura Organizacional

Em decorrência dos resultados das atividades prevista na Quarta Fase estão previstos ajustes necessários da Legislação Municipal para implementação do Plano Diretor - Código Tributário, Código Ambiental Municipal etc., quando for o caso.

PRODUTO 4B. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Documento que detalha as atividades realizadas na sexta Visita Técnica, bem como os eventos técnicos e públicos ocorridos na Quarta Fase.

4. CRONOGRAMA

O prazo para realização dos trabalhos relativos a esta proposta é de 06 (seis) meses e as atividades serão desenvolvidas segundo o cronograma apresentado a seguir. O cronograma é referencial e as visitas serão agendadas respeitando ao máximo a previsão, mas buscando compatibilizar os trabalhos no Município com a efetiva participação da equipe local, o que poderá exigir ajustes de datas, respeitadas a exequibilidade das atividades e o prazo total.

LEGENDA:



PRINCIPAIS ATIVIDADES	2025																												
	JULHO					AGOSTO				SETEMBRO					OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZEMBRO						
	1	7	14	21	28	4	11	18	25	1	8	15	22	29	6	13	20	27	3	10	17	24	1	8	15	22	29		
PRIMEIRA FASE - MOBILIZAÇÃO																													
Reunião Técnica inicial para instalação dos trabalhos																													
Definição de metodologia de revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística																													
Estruturação do site e canais de comunicação																													
Definição das Oficinas de Capacitação, Reuniões Técnicas e Comunitárias e das Audiências Públicas																													
Consolidação do cronograma e elaboração do Plano de Trabalho																													
Entrega do Produto 1 - Plano de Trabalho																													
Validação do P1 pela Equipe Técnica Municipal																													
Realização da primeira Visita Técnica																													
Reunião Técnica de Capacitação (Comissão de Acompanhamento Intersectorial)																													
Reunião Técnica Preparatória (Comissão de Acompanhamento Intersectorial)																													
Oficinas de Leitura Técnica																													
Evento de Lançamento																													
Reunião Técnica de Consolidação (Comissão de Acompanhamento Intersectorial)																													
Reunião de Coordenação (Comissão de Acompanhamento Intersectorial)																													
Reunião com representantes da Câmara Municipal																													

LEGENDA:

Fases

Atividades

Produtos

Visitas Técnicas 

Eventos Técnicos e Públicos

Evento de Lançamento / Audiências Públicas

SEGUNDA FASE - ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA					
Levantamentos e leitura de informações técnicas, jurídicas e administrativas					
Mapeamento dos atores-chave					
Análise de informações técnicas, jurídicas e administrativas					
Elaboração da cartografia					
Reuniões Técnicas remotas com a Comissão de Acompanhamento, Secretarias Municipais e atores-chaves					
Elaboração do P2					
Entrega do P2 - Diagnóstico Técnico				P2	
Validação do P2 pela Equipe Técnica Municipal					
Publicização do documento para Audiência Pública					
Realização da segunda e terceira Visitas Técnicas			VT2		VT3
Reunião Técnica de Capacitação (Comissão de Acompanhamento Intersectorial)					
Reunião Técnica Preparatória (Comissão de Acompanhamento Intersectorial)					
Oficinas de Leitura Técnica					
Oficinas de Leitura Comunitária					
Primeira Audiência Pública					
Reunião Técnica de Consolidação (Comissão de Acompanhamento Intersectorial)					
Reunião de Coordenação (Comissão de Acompanhamento Intersectorial)					

Fases



Atividades



Produtos



Visitas Técnicas



Eventos Técnicos e Públicos

**Evento de Lançamento / Audiências Públicas**

TERCEIRA FASE - DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL						
Formulação de propostas preliminares e diretrizes						
Elaboração de cartografias						
Reuniões Técnicas remotas com a Comissão de Acompanhamento, Secretarias Municipais e atores-chaves						
Elaboração do P3						
Entrega do P3 - Propostas Preliminares - Diretrizes e Proposições					P3	
Validação do P3 pela Equipe Técnica Municipal						
Publicação do documento para Audiência Pública						
Realização da quarta e quinta Visitas Técnicas					VT4	VT5
Reunião Técnica de Capacitação (Comissão de Acompanhamento Intersetorial)						
Reunião Técnica Preparatória (Comissão de Acompanhamento Intersetorial)						
Oficinas de Leitura Técnica						
Oficinas de Leitura Comunitária						
Segunda Audiência Pública						
Reunião Técnica de Consolidação (Comissão de Acompanhamento Intersetorial)						
Reunião de Coordenação (Comissão de Acompanhamento Intersetorial)						

Fases

Atividades

Produtos

Visitas Técnicas

Eventos Técnicas e Públicos

Evento de Lançamento / Audiências Públicas

QUARTA FASE - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM									
Elaboração da estrutura preliminar dos Anteprojetos de Lei									
Elaboração das propostas de Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo									
Elaboração do Plano de Ação e Investimento (PAI)									
Reuniões Técnicas remotas com a Comissão de Acompanhamento Intersetorial e Secretarias Municipais									
Elaboração do P4									
Entrega do P4 - Anteprojetos de Lei / Plano de Ação e Investimento (PAI) / Institucionalização do PDM								P4	
Validação do P4 pela Equipe Técnica Municipal									
Publicação do documento para Audiência Pública									
Realização da sexta Visita Técnica									
Reunião Técnica de Capacitação (Comissão de Acompanhamento Intersetorial)									
Reunião Técnica Preparatória (Comissão de Acompanhamento Intersetorial)									
Oficinas de Leitura Técnica									
Terceira Audiência Pública									
Reunião com representantes da Câmara Municipal									
Reunião Técnica de Consolidação (Comissão de Acompanhamento Intersetorial)									
Reunião de Coordenação (Comissão de Acompanhamento Intersetorial)									

1. Eventuais necessidades de ajustes do cronograma de execução das atividades ao longo do processo de trabalho serão definidas entre o Comissão de Acompanhamento Intersetorial de Silva Jardim e a equipe de coordenação do IBAM e divulgadas na página da revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística, disponível no site da Prefeitura de Silva Jardim.

2. Com relação aos eventos públicos, o cronograma indica os períodos em que deverão ser realizados. A data precisa de cada um deles será definida considerando o andamento do trabalho.

5. EQUIPE TÉCNICA

Os trabalhos serão desenvolvidos por uma equipe de assessoria técnica formada por profissionais especialistas nos diversos campos do conhecimento e com a experiência necessária para a realização das atividades implicadas na revisão do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar. Ao longo do processo de trabalho, outros profissionais poderão integrar a assessoria.

Alexandre Carlos de Albuquerque Santos

Arquiteto e Urbanista

Formação:

- Arquiteto e Urbanista graduado pela Universidade Santa Úrsula (USU/RJ) - 1974.
- Pós-Graduação: Especialização em Desenvolvimento Urbano (ENSUR/ BAM) - 1978.
- Especialização em Geografia Política - Instituto de Geociências/UFRJ - 1988.

Qualificação:

Desde 2004, atua no IBAM como Superintendente nas Áreas de Desenvolvimento Econômico e Social, Urbano e Meio Ambiente e Supervisão Técnica e gestão de projetos nas áreas mencionada. Assessoria Técnica a entidades governamentais nacionais e a organizações internacionais de fomento nos campos do desenvolvimento local, social e urbano. Elaboração e avaliação Projetos e Programas de Mobilização Comunitária para o desenvolvimento local, gestão e avaliação de projetos e programas sociais, coordenação de equipes de elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano e Regional e de Planos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Experiência de 30 anos em atividades didáticas de pós-graduação (coordenação de programas e projetos, módulos em cursos de pós-graduação, palestras em eventos, cursos de mestrado e em entidades públicas) nas áreas de políticas públicas urbanas e sociais, gestão e avaliação de projetos e programas.

Henrique Gaspar Barandier

Arquiteto e Urbanista

Formação:

- Arquiteto e Urbanista graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ) - 1995.
- Pós-Graduação: Doutor em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ em 2015, com estágio doutoral no LATTs/ENPC, Université Paris-Est.
- Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU/UFRJ) -

2003.

Qualificação:

Desde 2003 integra o quadro técnico do IBAM, onde atualmente exerce a função de Coordenador Técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA). Foi Coordenador de Ensino de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da ENSUR/IBAM (Escola Nacional de Serviços Urbanos) de 2006 a 2010. É pesquisador/colaborador do Laboratório de Projetos Urbanos do PROURB/UFRJ, desde 1996. Possui experiência profissional de mais de 20 anos na área de planejamento e projeto urbano, com ênfase em política urbana, planos diretores e legislação urbanística; áreas centrais e patrimônio histórico e cultural; regularização urbanística e fundiária. Além da experiência em coordenação de projetos, em participação de equipes multidisciplinares, processos participativos de planejamento, organização de eventos técnicos e científicos. Premiado pelo IAB-RJ (Instituto de Arquitetos do Brasil) em 2009 na categoria Patrimônio Cultural. Segundo colocado, na categoria Tese de Doutorado, no Prêmio IPP/Maurício de Abreu da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para dissertações e teses sobre a cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana aprovadas entre 2015 e 2017.

Luciana Hamada

Arquiteta e Urbanista

Formação:

- Arquiteta e Urbanista graduada pelas Faculdades Integradas Silva e Souza - FISS/RJ (1997).
- Pós-Graduação: Doutora do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU/UFRJ), - 2019 - 2025.
- Mestre em Ciências da Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - PROARQ/UFRJ/RJ, na área de concentração em Conforto Ambiental e Eficiência Energética - 2004.
- Pós-Graduada do Curso Intensivo em Gestão de Projetos de Eficiência Energética, promovido pela European Energy Manager (EUREM/COPPE/UFRJ/ Câmara de Comércio e Indústria Brasil Alemanha/AHK) - 2015.

Qualificação:

Integrante o quadro técnico do IBAM desde 1997, onde atua na área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA/IBAM), como Coordenadora de Projetos. Possui larga experiência nos temas do conforto ambiental urbano, mudanças climáticas, eficiência energética, Planos Diretores e Legislação Urbanística, em especial Código de Obras e Edificações. É cofundadora no Núcleo de Eficiência Energética do IBAM, tendo desempenhado apoio técnico e operacional nas ações de Gestão Energética Municipal relacionadas à

implementação da Metodologia de Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGEs), no âmbito dos Procedimentos dos Programas de Eficiência Energética - PROPEE - das distribuidoras de energia elétrica. Foi coordenadora técnica dos contratos e convênios realizados ao longo de 15 anos da parceria ELETROBRAS PROCEL e o IBAM. Atualmente participa da coordenação dos processos de revisões do Plano Diretor e Legislação Urbanística Complementar realizados pelo IBAM.

Karin Schipper Segala

Assistente Social

Formação:

- Graduação: Serviço Social pela Sociedade Universitária Augusto Mota (SUAM/RJ) - 1980.
- Pós-Graduação: Teoria e Prática do Meio Ambiente pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER/RJ) - 1992.
- Especialização: Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pelo Instituto de Administração Municipal, com patrocínio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU/PR) - 2003.

Qualificação:

Compõe o quadro técnico do IBAM, desde 2001, como Coordenadora de Projetos na Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA), onde direcionou sua experiência profissional para a gestão ambiental urbana, com foco em saneamento básico, gestão de resíduos sólidos e seus reatamentos em Planos Diretores. Possui ampla experiência em coordenação de equipes multidisciplinares para o desenvolvimento institucional do setor, atuação nas modalidades de capacitação e de assessoria técnica em processos participativos, na implementação e acompanhamento de programas e projetos, e na elaboração de publicações nos temas saneamento básico e gestão de resíduos sólidos. Atuou em Municípios de todas as regiões do Brasil e também em programas internacionais.

Eduardo Rodrigues Marins

Geógrafo

Formação:

- Graduação: Geógrafo graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - bacharelado e licenciatura - 2015.
- Pós-Graduação: Especialização em Geoprocessamento (Carga Horária: 360h) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas/MG) - 2017-2019.
- Especialização em Gestão Ambiental (Carga Horária: 360h) pela Universidade Estácio de Sá

(UNESA/RJ) - 2015-2016.

Qualificação:

Desde 2013, atua como Assistente Técnico da área de Desenvolvimento Econômico e Social (DES) e da área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA) do Instituto Brasileiro da Administração Municipal (IBAM), exercendo os trabalhos com geotecnologias na elaboração de material cartográfico. Desenvolve e atualiza banco de dados em Plataforma SIG, atuando principalmente em projetos com foco na gestão ambiental, sistema de informação geográfica, planejamento urbano, estudos socioambientais e desenvolvimento sustentável. Durante a graduação, atuou na linha de pesquisa do Grupo de Estudos de Solos Tropicais (GESOLT) com ênfase na recuperação de áreas degradadas por mineração e no uso e cobertura do solo. Possui diversos cursos nas áreas de Geoprocessamento, Geotecnologia e Resíduos Sólidos.

Jessica Ojana Araújo Wili

Arquiteta e Urbanista

Formação:

- Graduação: Arquiteta e Urbanista, formada na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) - 2015.
- Pós-Graduação: Mestre em Sociologia e Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ) - 2023.

Qualificação:

Compõe o quadro técnico do IBAM desde 2015, adquirindo experiência profissional na área de planejamento urbano, com ênfase em política urbana. Entre os anos de 2017 e 2021, atuou em projetos de revisão de Planos Diretores Participativos dos Municípios de Porto Velho (RO), Três Corações (MG) e Maricá (RJ) e elaboração do Plano Diretor da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e dos Planos de Saneamento Básico de Mesquita (RJ) e de Porto Velho (RO), como assistente de coordenação e/ou na produção de documentos técnicos e mobilização social. É pesquisadora do Laboratório de Estudos da Cidade - Urbano/UFRJ. Atualmente participa como coordenadora adjunta do processo de revisão dos Planos Integrados de Vassouras (PIV) e no apoio do IBAM à Câmara Municipal do Rio de Janeiro na aprovação do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

Herculis Pereira Tolêdo

Cientista Social e Relações Internacionais

Formação:

- Graduação: Cientista Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - 2004.
- Relações Internacionais, pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) - 1998.
- Pós-Graduação: Doutor em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - 2021.
- Mestre em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - 2017.

Qualificação:

Integrante do quadro técnico do IBAM desde 2005, na área de Desenvolvimento Econômico e Social (DES), onde desenvolve trabalhos com a temática de políticas públicas, assistência social, defesa de direitos, gênero, medidas socioeducativas, mobilização e participação social. Exerceu, como representante do IBAM, as funções de presidente e coordenador de comissões temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS/Rio). Atualmente representa o IBAM nos Conselhos Municipais de Assistência Social, da Pessoa Idoso e da Criança e Adolescente da cidade do Rio de Janeiro. Recentemente coordenou o Projeto de Capacitação de Gestores de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Pesquisador premiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), na modalidade Bolsa Doutorado Nota 10 (2019) e pela Inovação em Gestão e Proteção Social, do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS, 2014). É professor do Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS).

Bernardo Mercante

Cientista Social

Formação:

- Graduação: Cientista Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - 2005.
- Pós-Graduação: Doutorando em Urbanismo, pela Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ (PROURB/FAU/UFRJ) - 2019 - em andamento.
- Mestre em Planejamento Urbano e Territorial, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) - 2010.

Qualificação:

Desde 2007 atua no IBAM como gestor de equipes interdisciplinares, integrando saberes técnicos, articulação institucional e inovação aplicada ao desenvolvimento urbano sustentável, com experiência em iniciativas financiadas por instituições como BID, Governos Federal, Estaduais e Municipais. Sociólogo com mais de 15 anos de atuação em planejamento urbano, políticas públicas e desenvolvimento territorial, possui formação complementar em gestão integral de desenvolvimento econômico territorial, pelo Instituto Interamericano de

Desenvolvimento Econômico e Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Louise Storni

Cientista Social

Formação:

- Graduação: Cientista Social, pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ) - 2003.
- Pós-Graduação: Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - 2023 - em andamento.
- Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos, pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ - 2020.
- Especialização em Sexualidade e Direitos Humanos, pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) - 2014.
- Especialização em Sociologia Urbana, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2011).

Qualificação:

Compõe o quadro técnico do IBAM desde 2004, na área de Desenvolvimento Econômico e Social (DES), como Coordenadora de Projetos da Área de Direitos e Cidadania. Atuou também como consultora do SEBRAE/RJ. Possui experiência na área de educação a distância, focando a questão dos direitos humanos e políticas públicas.

Alexandre Rossi Elias da Silva

Economista

Formação:

- Graduação: Economista pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ - 2015.
- Pós-Graduação: Mestrando em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – (FGV/RJ) - 2016 - em andamento.

Qualificação:

Desde 2017, atua como Assessor Técnico na área de Organização e Gestão do IBAM. Os temas de sua atuação abrangem o desenvolvimento e implantação de projetos de cargos, carreira e vencimentos dos servidores de Prefeituras Municipais, Câmaras e autarquias municipais, consultoria técnica na elaboração de Anteprojetos de Lei, que regerão a carreira do servidor público no âmbito da progressão, promoção e enquadramento. Além do desenvolvimento de critérios e indicadores para medição do desempenho dos servidores públicos municipais e

consultoria e suporte técnico na reestruturação da tabela de vencimentos, com simulação de impactos orçamentários. Presta, também, apoio técnico aos projetos de reestruturação organizacional e administrativa dos Municípios e apoio administrativo para a área de Concurso Público. Atualmente, em apoio a Área DUMA/IBAM, participa como consultor em desenvolvimento econômico na revisão de Planos Diretores e Legislação Urbanística Complementar.

Paulo Timm

Administrador Público

Formação:

- Graduação: Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP).
- Especialização em Políticas Públicas pela Escola de Políticas Públicas e Governo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EPPG/UFRJ).

Qualificação:

Integrante do quadro técnico do IBAM, desde 1987, onde atualmente ocupa o cargo de Assessor de Relações Institucionais. Entre os anos de 2007 a 2023 foi Superintendente Geral do IBAM. Anteriormente foi Superintendente da Área de Organização e Gestão (O&G) e responsável pela área de desenvolvimento de projetos de assistência técnica, responsabilizando-se por captação de recursos no nicho mais expressivo da organização. Também coordenou programas de longa duração com financiamento do BIRD e de outras fontes de recursos da cooperação internacional, a fundo perdido ou não, envolvendo organismos multi e bilaterais.

Ewerton Antunes

Comunicador Social

Formação:

- Graduação: Comunicador Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ) - 2014-2018.
- Especialização em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ) - 2019-2021.

Qualificação:

Compõe o quadro técnico do IBAM desde 2018, como responsável pela comunicação institucional, tanto nas redes sociais, quanto na comunicação interna, colaborando na construção de estratégias de comunicação de políticas públicas em diferentes recortes técnicos, como planos municipais, territoriais e projetos de desenvolvimento socioterritorial.

Cuida da gestão das redes sociais do IBAM, criando e programando postagens, desenvolvendo estratégias e analisando métricas para aprimorar o alcance. Além disso, atua na produção editorial da Revista de Administração Municipal, na elaboração de Relatórios de Atividades, planos de comunicação e briefings voltados para a produção de processos comunicacionais mais eficientes e na implementação de estratégias de marketing, elaborando peças gráficas, publicitárias, publicações, comunicados, convites e *templates* que atendem às necessidades do IBAM.

Roberto Gonçalves

Analista de Sistemas

Formação:

- Graduação: Sistemas de Informação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ) - 2011-2015.

Qualificação:

Desde 2006 compõe o quadro técnico do IBAM, no suporte técnico aos usuários, acompanhamento do trabalho de desenvolvedores (fornecedores) e instalação e configuração de folha de pagamento (TOTVS. Possui habilidade no uso de softwares de tecnologia educacional e de gestão acadêmica. Possui experiência com planejamento e desenvolvimento de sistemas; instalação e configuração de sites, bibliotecas virtuais (BibliVre) e ambientes virtuais para cursos a distância (plataforma moodle).

Flávia Lopes

Secretária

Formação:

- Técnica em Contabilidade - 1996.

Qualificação:

Desde 2002 realiza tarefas administrativas gerais referentes às Áreas de Desenvolvimento Econômico e Social (DES) e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA) do IBAM, na elaboração de contratos, redação e digitação de documentos e comunicações internas e externas; recebimento e transferência de chamadas telefônicas, distribuição de documentos, organização de arquivos, cotações de voos para viagens, pagamento de consultores; organização de eventos internos e externos. Execução administrativa dos projetos via Plataforma + Brasil com acompanhamento desde sua inclusão, execução a prestação de contas final.

***A missão do IBAM é promover – com base na ética,
transparência e independência partidária – o desenvolvimento
institucional do Município como esfera autônoma de Governo,
fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços
e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade
democrática e a valorização da cidadania.***



Rua Buenos Aires, nº 19 – 20070-021 – Centro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax: (21) 2142-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br – Web: www.ibam.org.br